



ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa
19 ABR 2016
Protocolo: 409/16
Processo: 409/16

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

MENSAGEM N. 52, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Recebido, Autue-se e
Inclusão em pauta.
19 ABR 2016
1º Secretário



EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017.”.

Nobres Parlamentares, conforme as disposições constitucionais e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o referido Projeto de Lei é peça fundamental no planejamento, na gestão e na transparência da alocação e aplicação dos recursos disponíveis, em consonância com as metas e prioridades da Administração Pública Estadual a serem consideradas na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017.

Destaco que os compromissos prioritários estão discriminados no Projeto de Lei, observando-se que as escolhas são resultados de trabalho conjunto dos técnicos de planejamento das unidades orçamentárias, os quais compõem a estrutura do orçamento estadual com a sociedade em geral.

Por conseguinte, a Lei de Diretrizes será o elo entre o Plano Plurianual 2016/2019 - 2017, que estabelece de forma regionalizada os objetivos, as metas e as prioridades da Administração, e a Lei Orçamentária, que disporá sobre a alocação eficiente dos recursos públicos à luz das modernas técnicas de planejamento buscando atender a sociedade.

Ainda, quanto à responsabilidade fiscal, a elevação da qualidade de vida, a redução das desigualdades sociais entre as regiões, o combate a pobreza e extrema pobreza, o desenvolvimento sustentável, o equilíbrio das finanças públicas, a valorização do servidor, a redução do déficit público e, também, a melhoria na prestação dos serviços e a entrega de produtos à comunidade consubstanciará o desenvolvimento do Estado.

Nesse contexto, o Governo do Estado de Rondônia, com a cooperação desta digna Casa de Leis, intenta continuidade às concretizações em prol de nossa população, alicerçado no equilíbrio das contas, no controle de gastos, no aumento da receita, na transparência e na cooperação entre os Poderes, juntamente com o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública Estadual.

Por fim, cabe ressaltar que as metas e prioridades ora apresentadas, não se constituem em limite, e sim, em balizadores de uma programação que deve constar na Lei Orçamentária de 2017.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me especial estima e consideração.

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO
15 ABR 2016
Leisiane
(Servidor(nome legível))

Moura
CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

PROJETO DE LEI DE 14 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 134, da Constituição Estadual, as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2017, compreendendo:

- I - as Metas e Resultados Fiscais;
- II - as Prioridades e Metas Físicas da Administração Pública Estadual;
- III - a Estrutura e Organização dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Estado e suas alterações;
- V - as Disposições relativas à Dívida Pública Estadual;
- VI - as Disposições relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais;
- VII - os Dispositivos relativos ao Controle e Transparência;
- VIII - a Política de Aplicação dos Recursos das Agências Financeiras Oficiais de Fomento;
- IX - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária Estadual; e
- X - as Disposições Gerais.

**CAPÍTULO II
DAS METAS E RESULTADOS FISCAIS**

Art. 2º. As Metas e Resultados Fiscais, Demonstrativo das Metas Anuais, Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior, Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, Evolução do Patrimônio Líquido, origem e aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos, variação da Situação Financeira Atuarial do Instituto próprio de Previdência, estimativa e compensação da Renúncia de Receita, margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado e Riscos Fiscais de que tratam os §§ 1º, 2º e 3º, do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, são as constantes dos demonstrativos I a X, anexos a esta Lei.

**CAPÍTULO III
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 3º. O Poder Público terá como prioridade a elevação da qualidade de vida, a redução das

Assinatura



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

desigualdades sociais entre regiões, a inclusão social, a oferta de serviços públicos com qualidade e ênfase para a educação, a saúde e a segurança, o desenvolvimento sustentável, a gestão ambiental e territorial, a competitividade, o equilíbrio das finanças públicas, a responsabilidade fiscal, a modernização da gestão, a oferta da infraestrutura de interesse social, o combate à pobreza e extrema pobreza, por meio de ações que visem:

I - incentivar programas para a geração de emprego e renda, em parcerias com outras esferas de Governo e com a Iniciativa Privada;

II - aumentar a capacidade de investimento, promover a Parceria Público-Privada - PPP, o aperfeiçoamento dos mecanismos de arrecadação, a racionalização e melhoria dos gastos públicos, a alavancagem de recursos e a qualidade dos serviços prestados à sociedade;

III - formular diretrizes e políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Estado;

IV - promover a gestão de áreas protegidas e o uso sustentável dos recursos naturais;

V - realizar ações na área de infraestrutura de interesse social que minimizem o desequilíbrio existente entre as regiões, promovendo o desenvolvimento;

VI - implantar políticas que fomentem o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado;

VII - aumentar a arrecadação tributária;

VIII - desenvolver o planejamento governamental;

IX - melhorar a qualidade de alocação e gastos dos recursos orçamentários;

X - implantar a política de valorização do Servidor com foco na qualidade de vida e melhoria na condição de trabalho e remuneração;

XI - realizar ações na área social que visem à prevenção contra a prática de atos infracionais de crianças e adolescentes, combate às drogas e recuperação de dependentes químicos;

XII - promover ações integradas de segurança, saúde e educação buscando garantir a segurança pública, a redução da criminalidade, a redução da superpopulação carcerária, a gestão e a execução de políticas de saúde com ações voltadas para o cidadão, universalização da educação com qualidade, acesso para todos, tempo integral, ensino profissionalizante, capacitação permanente dos profissionais, combate à evasão, melhoria das estruturas físicas, organizacionais e tecnológicas;

XIII - fomentar e apoiar ações voltadas à ressocialização do apenado, do socioeducando e do egresso, com foco na educação, no trabalho e no apoio à família;

XIV - humanizar o sistema penitenciário e socioeducativo do Estado de modo a promover as condições básicas de tratamento e a reinserção social aos apenados e aos adolescentes em conflito com a Lei, bem como a prestação de assistência médica e profissionalização;

XV - priorizar as ações de saneamento básico;



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

XVI - promover ações de vigilância em saúde epidemiológica, ambiental, sanitária e saúde do trabalhador, desenvolvendo ações de proteção, promoção, prevenção, redução e eliminação de riscos à saúde nos municípios do Estado de Rondônia;

XVII - apoiar e fomentar a prática de atividades esportivas, como fator de inclusão social com o objetivo da retirada de crianças e adolescentes do convívio das ruas, onde a utilização de drogas passa a ser o principal atrativo para quem não tem perspectiva de futuro;

XVIII - implantar programas sociais para o desenvolvimento pleno e integral da criança e do adolescente, geração de oportunidades para a proteção da juventude, redução da vulnerabilidade social das famílias rondonienses;

XIX - apoiar e fomentar a economia solidária, o empreendedorismo e o microcrédito;

XX - promover a cidadania, combater as situações de desigualdades sociais e ofertar oportunidades para a cultura, o esporte e o lazer;

XXI - ampliar investimentos na melhoria da infraestrutura de equipamentos culturais e esportivos no Estado;

XXII - proceder à modernização da estrutura organizacional e tecnológica do Tribunal de Contas do Estado;

XXIII - modernizar e desburocratizar a estrutura organizacional e os processos de trabalho;

XXIV - ampliar a infraestrutura de transporte e logística intermodal do Estado;

XXV - projetar e edificar a Escola Superior de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

XXVI - contribuir para a preservação e proteção do patrimônio histórico e cultural, priorizando o produto cultural regional;

XXVII - ampliar o acesso à Justiça;

XXVIII - apoiar e fomentar a ações para reconstrução e recuperação dos prejuízos causados pelos desastres naturais;

XXIX - ampliar o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural de forma Integrada, abrangendo serviços produtivos, sociais e lazer na Zona Rural;

XXX - oferecer à sociedade efetivo acesso à justiça;

XXXI - promover a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional;

XXXII - combater a corrupção e a improbidade administrativa;

boura



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

XXXIII - aprimorar a gestão da justiça criminal;

XXXIV - promover os métodos consensuais de soluções alternativas de conflito;

XXXV - fortalecer a governança judiciária;

XXXVI - aperfeiçoar a comunicação institucional do Poder Judiciário de Rondônia;

XXXVII - fortalecer a aprendizagem organizacional do Poder Judiciário de Rondônia;

XXXVIII - promover a valorização e humanização da gestão de pessoas do Poder Judiciário de Rondônia;

XXXIX - melhorar a infraestrutura e governança de tecnologia da informação e comunicação do Poder Judiciário de Rondônia; e

XL - aprimorar a estrutura do Poder Judiciário de Rondônia.

Parágrafo único. O estabelecimento das metas físicas necessárias à concretização das prioridades dispostas neste artigo, para o exercício de 2017, será efetivado em consonância ao que disporá o Plano Plurianual para o mesmo período devendo, caso necessário, serem realizadas adequações conforme disposto no artigo 12, desta Lei.

**CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 4º. Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurado por indicadores e metas estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, do qual resulta um Produto necessário à manutenção da Ação de Governo;

III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um Produto que concorre para a expansão ou ao aperfeiçoamento da Ação de Governo;

IV - Operação Especial: despesa que não contribui para a manutenção das Ações de Governo, das quais não resulta um Produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Unidade Orçamentária: segmento da Administração cujo orçamento consigna dotações específicas para a realização dos Programas de Trabalho;

VI - Função: maior nível de agregação de despesas das diversas áreas de atuação do Setor Público;

VII - Subfunção: representa um nível de agregação imediatamente inferior à Função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da identificação da natureza das Ações;

Carra



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

VIII - Categoria de Despesa: representa o efeito econômico da realização das despesas;

IX - Grupo de Despesa: representa um agregador de elemento de despesa com as mesmas características quanto ao Objeto de gasto;

X - Modalidade de Aplicação: representa a forma como os recursos serão aplicados podendo ser diretamente ou sob a forma de transferências a outras entidades públicas ou privadas que se encarregarão da execução das Ações;

XI - Fonte de Recurso: representa um agrupamento de naturezas de receitas ou recursos indicados para realizar despesas;

XII - Indicadores de Programas: parâmetro de medição dos efeitos ou benefícios no público-alvo decorrentes dos produtos e serviços entregues pelas ações empreendidas no contexto do Programa; e

XIII - Produtos de ação: bem ou serviço resultado da Ação, destinado ao público-alvo ou o investimento para a produção deste bem ou serviço.

§ 1º. Cada Programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de Atividades, Projetos e Operações Especiais, especificando os respectivos valores para as despesas consideradas, e as Metas a serem alcançadas pelos Indicadores dos Objetivos dos Programas e Produtos de suas Ações, bem como as Unidades Orçamentárias e Gerentes responsáveis pela execução.

§ 2º. As Unidades Orçamentárias da Administração Direta do Poder Executivo e as Indiretas que recebem Recursos do Tesouro utilizarão, para efeito de apropriação, somente um Programa de Gestão, manutenção e Serviços ao Estado.

§ 3º. Cada Atividade, Projeto e Operação Especial identificarão a Função e a Subfunção as quais se vinculam.

§ 4º. As categorias de programação de que tratam esta Lei serão identificados no Projeto de Lei Orçamentária por Programas, Atividades, Projetos ou Operações Especiais, com indicação do Produto, da unidade de medida e da meta física, respeitando a especificação constante do Plano Plurianual 2016-2019.

§ 5º. São consideradas como Ações de Operações Especiais, as despesas relativas ao pagamento de inativos, financiamentos, refinanciamentos, indenizações, ressarcimentos, transferências à Autarquias, Fundações e Fundos Especiais, transferências constitucionais a municípios, juros, encargos e amortização da dívida pública, precatórios, sentenças judiciais e outras que não se possam associar um bem ou serviço ofertado diretamente à sociedade.

§ 6º. Sem prejuízo da programação a cargo da Unidade Orçamentária Recursos Sob a Supervisão da SEFIN, as despesas de exercícios anteriores das Unidades Orçamentárias serão realizadas no mesmo Projeto, Atividade ou Operação Especial, e na mesma categoria econômica do processamento ordinário da despesa.

§ 7º. A transferência de recursos a entidades privadas, respeitado o disposto nesta Lei, terá a sua execução orçamentária classificada em Projetos e Atividades dos Programas relacionados com o objetivo

Corra



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

- XII - 0207 - Compensação Financeira de Recursos;
- XIII - 0210 - Cota Parte do FUMORPGE;
- XIV - 0213 - Compensação Financeira de Recursos Hídricos;
- XV - 0214 - Recursos do FGPPP;
- XVI - 0226 - Recursos do FUNESBOM;
- XVII - 0227 - Recursos do FUNDIMPER;
- XVIII - 0228 - Recursos do FITHA;
- XIX - 0229 - Cota-parte CIDE;
- XX - 0230 - Recursos do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia - FUNDEP;
- XXI - 0231 - Recursos do Fundo de Desenvolvimento Institucional - FDI/TCE;
- XXII - 0232 - Compensação Financeira dos Recursos Minerais;
- XXIII - 0239 - Recursos do Fundo Especial do Petróleo;
- XXIV - 3208 - Cota-parte Salário Educação;
- XXV - 3209 - Sistema Único de Saúde;
- XXVI - 3212 - Convênios e outras transferências federais;
- XXVII - 3215 - Operações de Crédito Interna e Externa;
- XXVIII - 3220 - Transferência Financeira da União para Desporto - Lei nº 9.0615, de 24 de março de 1998;
- XXIX - 3221 - Recursos do FES;
- XXX - 3222 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- XXXI - 3223 - Fundo Nacional de Assistência Social;
- XXXII - 3240 - Recursos diretamente arrecadados pelas entidades;
- XXXIII - 3243 - Recursos conveniados diretamente pela Administração Indireta;
- XXXIV - 3244 - Contrapartida de convênios da Administração Indireta; e

boura



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

da transferência a ser efetuada.

Art. 5º. O Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação, com suas respectivas dotações, especificando a Esfera Orçamentária, a Fonte de Recursos, a Categoria Econômica, os Grupos de Despesas e a Modalidade de Aplicação.

§ 1º. Os Grupos de Despesa serão assim identificados:

- I - pessoal e encargos sociais - 1;
- II - juros e encargos da dívida - 2;
- III - outras despesas correntes - 3;
- IV - investimentos - 4;
- V - inversões financeiras - 5;
- VI - amortização da dívida - 6;
- VII - reserva do regime próprio de previdência do servidor - 7; e
- VIII - reserva de contingência - 9.

§ 2º. As fontes de recursos na Lei Orçamentária serão assim identificadas:

- I - 0100 - Recursos do Tesouro;
- II - 0104 - Cota parte do FUNDAT;
- III - 0116 - Contrapartida do Estado;
- IV - 0118 - Recursos do Tesouro - FUNDEB;
- V - 0119 - Recursos com contingenciamento especial;
- VI - 0179 - Recursos do FECOEP/RO;
- VII - 0201 - Recursos do Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU;
- VIII - 0202 - Recursos do FUNRESPOL;
- IX - 0203 - Recursos do FUNRESPOM;
- X - 0205 - Recursos do FEPRAM;
- XI - 0206 - Compensação Ambiental;



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

XXXV - 3245 - Fundo Nacional da Cultura.

§ 3º. A Reserva de Contingência prevista no artigo 20 será alocada na Unidade Orçamentária Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG.

§ 4º. As Unidades Orçamentárias serão agrupadas em Órgãos Orçamentários entendidos como sendo o maior nível da classificação institucional.

Art. 6º. O Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado, incluindo seus Fundos, Órgãos, Autarquias e Fundações.

Parágrafo único. Os orçamentos de que tratam o *caput* deste artigo, bem como suas alterações, serão elaborados pelas Unidades Orçamentárias através do Sistema de Planejamento Governamental - SIPLAG - Módulo de Orçamento ou outro que venha substituí-lo sob a coordenação da SEPOG.

Art. 7º. A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programações específicas as dotações destinadas:

- I - ao pagamento de benefícios da previdência social;
- II - ao atendimento das ações da educação básica;
- III - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;
- IV - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;
- V - ao pagamento de precatórios judiciais que constarão da Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia; e
- VI - à reserva de contingência.

Art. 8º. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa será constituído de:

- I - texto da Lei;
- II - quadros orçamentários consolidados;
- III - anexos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei.

§ 1º. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II, deste artigo são os seguintes:

- I - demonstrativo da receita;
- II - demonstrativo da receita e da despesa segundo as categorias econômicas;

Leusa



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

- III - demonstrativo da despesa por fonte de recursos;
- IV - demonstrativo da despesa por função;
- V - demonstrativo da despesa por grupo de natureza da despesa;
- VI - demonstrativo da despesa por modalidade de aplicação;
- VII - demonstrativo da despesa por Poder e Órgão;
- VII - despesa fixada por Órgão e Unidade Orçamentária;
- IX - programa de trabalho;
- X - quadro de detalhamento de dotações na forma do artigo 5º, desta Lei;
- XI - demonstrativo analítico da receita classificada por fonte de recursos; e
- XII - demonstrativo da Receita Corrente Líquida para receita estimada.

§ 2º. O Poder Executivo deverá divulgar a proposta orçamentária a que se refere o *caput* deste artigo, por meio da internet, durante o período da tramitação da propositura no Poder Legislativo.

§ 3º. A Comissão Permanente de Deputados prevista no § 1º, do artigo 135, da Constituição Estadual, terá acesso a todos os dados utilizados na elaboração da proposta orçamentária.

Art. 9º. A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou transferidos, ainda que na forma de descentralização, a outras esferas de governo, órgãos ou entidades, de acordo com a especificação estabelecida observando-se, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I - transferências à união - 20;
- II - transferências a municípios - 40;
- III - transferências às instituições privadas sem fins lucrativos - 50;
- IV - transferências às instituições privadas com fins lucrativos - 60;
- V - transferências às instituições multigovernamentais - 70;
- VI - transferências a consórcios públicos - 71;
- VII - transferências ao exterior - 80;
- VIII - aplicações diretas - 90; e
- IX - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades que integram o

Leura



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

orçamento fiscal e orçamento da seguridade social - 91.

Art. 10. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública do Estado incluirão no Sistema de Planejamento Governamental - SIPLAG ou outro que venha substituí-lo suas respectivas propostas orçamentárias, observadas as diretrizes e os parâmetros estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária no período de 8 de agosto a 2 de setembro de 2016.

Parágrafo Único. Para efeito de cumprimento do *caput*, deste artigo, e do disposto no artigo 13, desta Lei, o Poder Executivo encaminhará até o dia 4 de julho de 2016, ao Tribunal de Contas do Estado, a projeção das receitas por fonte de recursos e a projeção da Receita Corrente Líquida para o exercício de 2017, o qual emitirá parecer sobre sua viabilidade até o dia 25 de julho de 2016, data na qual dará conhecimento de sua decisão ao Poder Executivo, à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público do Estado e a Defensoria Pública do Estado.

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO
DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 11. A elaboração do Projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2017 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 12. A Lei Orçamentária incluirá programação constante do Plano Plurianual 2016-2019, que tenha sido Objeto da Lei específica.

Art. 13. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado e a Defensoria Pública do Estado, compreendendo seus Órgãos, Fundos e Entidades, elaborarão suas respectivas propostas orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, tendo como parâmetro para a fixação das despesas na Fonte/Destinação - 0100, o conjunto das dotações orçamentárias consignadas na LOA 2016, acrescido do percentual de crescimento da receita estimada para o exercício de 2017, na mesma Fonte.

§ 1º. Ao conjunto de dotações orçamentárias na Fonte/Destinação 0100 consignadas na LOA 2016 deverão ser acrescentados os valores provenientes da reestimativa da receita para o exercício de 2017, com base na arrecadação realizada nos meses de janeiro a junho de 2016 e a previsão de arrecadação reestimada de julho a dezembro.

§ 2º. No exercício financeiro de 2017, a distribuição financeira aos Poderes e Órgãos indicados no *caput* incidirá sobre o Total da Receita realizada da Fonte/Destinação 0100 - Recursos do Tesouro, deduzidas as transferências aos municípios, das contribuições para o FUNDEB e das receitas arrecadadas pelas unidades orçamentárias dos demais poderes registradas na fonte de recursos 0100 - Recursos do Tesouro, segundo os percentuais de participação a seguir:

loure



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

- I - Assembleia Legislativa: 4,86%;
- II - Poder Executivo: 75,16%;
- III - Poder Judiciário: 11,31%;
- IV - Ministério Público: 4,84%;
- V - Tribunal de Contas: 2,70%; e
- VI - Defensoria Pública: 1,13%.

§ 3º. A distribuição dos recursos financeiros dar-se-á com base na arrecadação realizada na Fonte/Destinação Fonte - 0100 do mês anterior, observando-se os percentuais previstos no parágrafo segundo deste artigo.

§ 4º. Para efeito de apuração dos repasses previstos no parágrafo terceiro deste artigo, o Poder Executivo informará até o dia 8 (oito) do mês subseqüente o montante da arrecadação da Fonte/Destinação Fonte - 0100 realizada, acompanhado dos documentos comprobatórios, ao Tribunal de Contas do Estado, o qual se pronunciará nos termos da Instrução Normativa nº 48/2016/TCE-RO.

§ 5º. Não havendo o cumprimento do § 4º por parte do Poder Executivo, fica autorizado o Tribunal de Contas do Estado informar os valores dos respectivos repasses, podendo optar pelos repasses tendo como referência o cronograma desembolso. Neste caso, eventual complementação do repasse deve se processar no mês subseqüente.

§ 6º. Integram a Fonte/Destinação Fonte - 0100, para fins de aplicação do § 2º, as seguintes receitas sem prejuízos de outras que vierem a ser criadas.

0100 - Recursos do Tesouro	
1.1.1.2.04.31	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do trabalho
1.1.1.2.05.00	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
1.1.1.2.07.00	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos
1.1.1.3.02.00	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
1.1.2.2.99.09	Outras Taxas por Prestação de Serviços - Diversas
1.7.2.1.01.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal - FPE
1.7.2.1.01.12	Cota-Parte do Imposto Sobre Produto Industrializado - IPI
1.7.2.1.01.32	Cota-Parte do Imposto Sobre Comercialização do Ouro
1.7.2.1.36.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96
1.7.6.1.99.00	Outras Transferências de Convênios da União
1.9.1.1.20.01	Multas do imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos
1.9.1.1.20.02	Juros de Mora impostos sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos
1.9.1.1.41.01	Multas do imposto sobre IPVA
1.9.1.1.41.02	Juros de Mora do imposto sobre IPVA

boura



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

1.9.1.1.42.01	Multas do imposto sobre ICMS
1.9.1.1.42.02	Juros de Mora do imposto - ICMS
1.9.1.3.14.01	Multa de Dívida Ativa sobre - IPVA
1.9.1.3.14.02	Juros de Mora da Dívida Ativa sobre - IPVA
1.9.1.3.15.01	Multa de Dívida Ativa sobre - ICMS
1.9.1.3.15.02	Juros de Mora da Dívida Ativa sobre - ICMS
1.9.1.5.99.01	Outras Multas e Juros de Mora de outros Tributos
1.9.2.2.07.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores
1.9.3.1.14.00	Receita da Dívida Ativa do imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA
1.9.3.1.15.00	Receita da Dívida Ativa do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS
1.9.9.0.99.00	Outras Receitas

Art. 14. A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017 contemplará o pagamento de Precatórios, na forma do disposto na Emenda a Constituição Federal nº 62, de 11 de novembro de 2009.

Parágrafo único: O pagamento de Precatórios constará na Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Art. 15. Além da observância das Prioridades e Metas Físicas fixadas nos termos do artigo 3º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus Créditos Adicionais somente incluirão Projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os Projetos em andamento; e

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o inciso II, do *caput*, do artigo 21, desta Lei.

Art. 16. Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas Fontes de Recursos e legalmente instituídas as Unidades Executoras; e

II - incluídos Projetos com a mesma finalidade em mais de uma Unidade Orçamentária.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - ações que não sejam de competência exclusiva do Estado, comum ao Estado e aos Municípios Estaduais, ou com ações em que a Constituição não estabeleça a obrigação do Estado em cooperar tecnicamente e financeiramente;

II - entidades de servidores, excetuadas creches e escolas, para o atendimento pré-escolar; e

III - pagamento, a qualquer título, a Servidor da Administração Pública Estadual ou Empregado de Empresa Pública ou de Sociedade de Economia Mista do Estado, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive os custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

instrumentos congêneres, firmados com Órgãos ou Entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Parágrafo único. Às vedações de que tratam este artigo não se aplicam à transferência de recursos a Clubes Esportivos e Entidades sem Fins Lucrativos que apóiem o esporte de base voltado para crianças e adolescentes, como fator de inclusão social.

Art. 18. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas àquelas destinadas à cobertura de despesas de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial; e

III - atendam ao disposto no artigo 204, da Constituição Federal, ou no artigo 61, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Art. 19. É vedada a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais, a título de “contribuições” para Entidades Privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que atendam uma das seguintes condições:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltado para o ensino ou representativa da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino básico, incluindo inclusive transferências destinadas ao pagamento das despesas de pessoal e outras despesas correntes abrangidas no termo pactuado, bem como dispêndios de capital;

II - voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III - qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

IV - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a atividade econômica, cultural, esporte e lazer;

V - voltada para o atendimento das atividades de assistência técnica, de acordo com o § 3º do artigo 161, da Constituição Estadual, incluindo transferências destinadas ao pagamento das despesas de pessoal e outras despesas correntes decorrentes de termo pactuado, bem como os dispêndios de capital;

VI - de órgãos representativos dos tribunais; e

VII - entidades que desempenham ações voltadas à ressocialização do apenado e do egresso, seja na educação, no trabalho ou no apoio à família, incluindo transferências destinadas ao pagamento das despesas de pessoal e outras despesas correntes abrangidas no termo pactuado, bem como dispêndios de capital.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

Art. 20. A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência, em programação específica, constituída, exclusivamente, com recursos do Orçamento Fiscal, em montante de no mínimo 0,5% (meio por cento) e, no máximo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2017, e será destinada a atender passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 21. As transferências voluntárias de recursos do Estado a serem consignadas na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais para os Municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira dependerão da comprovação por parte da Unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que:

I - institui, regulamenta e arrecadam todos os tributos previstos nos artigos 155 e 156 da Constituição Federal, ressalvado o imposto previsto no artigo 156, inciso III, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993, quando comprovada a ausência do fato gerador; e

II - existe previsão de contrapartida, que será estabelecida de modo compatível com a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada, tendo como limite mínimo:

- a) 5% (cinco por cento), para Municípios com até 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes; e
- b) 10% (dez por cento) para os demais.

§ 1º. Os limites mínimos de contrapartida fixados no inciso II deste artigo poderão ser reduzidos quando os recursos transferidos pelo Estado:

I - forem oriundos de doações de Organismos Internacionais, de Governos Estrangeiros e do Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação - FITHA;

II - destinarem-se a Municípios que se encontrem em situação de calamidade pública formalmente reconhecida, durante o período que esta subsistir; e

III - beneficiarem os Municípios com até 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes, incluídos nos bolsões de pobreza com menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

§ 2º. A contrapartida poderá ser atendida por meio de recursos financeiros e de bens ou serviços economicamente mensuráveis, e quando aceita deverá ser fundamentada e constar do instrumento, cláusula que indique a forma de aferição do valor correspondente e está devidamente assegurado.

§ 3º. Caberá ao órgão transferidor:

I - dar execução às condições previstas neste artigo, exigindo do Município que ateste o cumprimento dessas disposições, coerente com os Balanços Contábeis de 2013 a 2016, e da Lei Orçamentária para 2017; e

II - acompanhar a execução das Atividades, Projetos ou Operações Especiais, desenvolvidos com os recursos transferidos.

§ 4º. A verificação das condições previstas nos incisos do caput deste artigo se dará na formalização do convênio. Os documentos comprobatórios exigidos pelos órgãos transferidores que não constarem

Bura



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

prazo de validade serão considerados válidos pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua emissão.

§ 5º. As subvenções sociais deverão ser transferidas por meio das Unidades Orçamentárias que desenvolvam as ações específicas.

§ 6º. Em caso de crise na economia, por Decreto devidamente fundamentado, fica o Poder Executivo autorizado a dispensar a contrapartida prevista no inciso II deste artigo.

Art. 22. A programação a cargo da unidade orçamentária Recursos sob a Supervisão da SEFIN conterà exclusivamente as dotações destinadas a atender despesas com:

- I - despesas de exercícios anteriores;
- II - programa de formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP;
- III - sentenças judiciais; e
- IV - pagamento da dívida fundada interna, externa e dívida confessada.

Art. 23. As transferências de recursos destinados a aporte de capital, às Empresas em que o Estado detenha a maioria do capital social, deverão constar, obrigatoriamente, nas Unidades a que estão vinculadas, com codificação específica para cada Unidade recebedora.

Art. 24. Os Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

§ 1º. Os Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais, decorrentes das solicitações feitas pelos Poderes Legislativo, Judiciário, pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública do Estado, que venham ocorrer durante o exercício de 2017, serão encaminhados ao Poder Legislativo Estadual no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento do pedido, ou informado ao Órgão solicitante o motivo da impossibilidade do atendimento.

§ 2º. Acompanharão os Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das Atividades, dos Projetos ou das Operações Especiais.

§ 3º. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício.

Art. 25. Para atendimento de despesas com emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, apresentadas na forma dos §§ 2º e 3º do artigo 166 da Constituição Federal, o Poder Executivo disponibilizará na Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG dotação orçamentária.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

Art. 26. A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada do Estado não

bona



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

poderá superar, no exercício de 2017, a variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas.

**CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 27. O Poder Executivo, por intermédio da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP publicará, até 31 de dezembro de 2017, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do Quadro Geral de Pessoal Civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis, não estáveis e de cargos vagos.

Parágrafo único: Os Poderes Legislativo e Judiciário, assim como o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública do Estado observarão o cumprimento do disposto neste artigo, mediante atos dos dirigentes máximos de cada Órgão, destacando-se inclusive, as Unidades Orçamentárias vinculadas.

Art. 28. No exercício de 2017, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, e determinado no parágrafo único do artigo 21 da Lei Complementar Federal nº 101, 4 de maio de 2000, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na Tabela a que se refere o artigo 28 desta Lei ou criados em Lei no exercício de 2016;

II - houver vacância, até 30 de dezembro de 2016, dos cargos ocupados constantes da referida Tabela; e

III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa ou em seus créditos adicionais.

Art. 29. Os Projetos de Lei relacionados ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestações da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG e da Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN, em suas respectivas áreas de competência.

§ 1º. Os Poderes, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público do Estado, o Tribunal de Contas do Estado e a Defensoria Pública do Estado assumirão, em seus âmbitos, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

§ 2º. Na forma do disposto no inciso II do § 1º artigo 169 da Constituição Federal, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público do Estado, o Tribunal de Contas do Estado e a Defensoria Pública do Estado poderão proceder à concessão de vantagem, ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, desde que respeitados as disposições constantes desta Lei, da Constituição Federal, Estadual e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 3º. Fica autorizada a realização de Concurso Público para provimento de cargos na Administração



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

Pública Direta e Indireta, observando-se o disposto nos artigos 37 e 169 da Constituição Federal, inciso V do artigo 18 da Constituição Estadual, e artigos 21 e 22 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 30. A despesa total com pessoal do Estado, não excederá os limites do inciso II do artigo 19, combinado com inciso II do artigo 20 da Lei Complementar Federal nº 101 de 4 de maio de 2000.

**CAPÍTULO VIII
DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA**

Art. 31. Para fins de transparência da gestão fiscal e em observância ao princípio da publicidade, o Poder Executivo tornará disponíveis na internet, por meio dos sites: www.sepog.ro.gov.br e www.transparencia.ro.gov.br para acesso de toda a sociedade, no mínimo, as seguintes informações:

I - projeto e a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - projeto e a Lei Orçamentária Anual;

III - relatório quadrimestral das Metas Físicas do PPA e da Execução Orçamentária com o detalhamento por Função, Subfunção, Programa e Ações, de forma acumulada, assim como as demais informações determinadas pela Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009; e

IV - comparativo mensal e acumulado, por Unidade Orçamentária e Fonte de Recurso, da receita realizada com a prevista na Lei Orçamentária de 2017.

**CAPÍTULO IX
DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS
DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO**

Art. 32. As agências financeiras oficiais de fomento, respeitadas suas especificidades, observarão na concessão de empréstimos e financiamentos, as seguintes prioridades:

I - redução das desigualdades entre regiões;

II - defesa e preservação do meio ambiente;

III - atendimento às micro, pequenas e médias empresas, aos mini, pequenos e médios empreendedores e produtores rurais, suas cooperativas e associações;

IV - aceleração do processo de desenvolvimento econômico do Estado, diversificação da produção agropecuária e da modernização das tecnologias aplicadas à produção; e

V - projetos de investimentos no setor energético, de infraestrutura, saúde, saneamento básico, educacionais e artísticos culturais.

**CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO
TRIBUTÁRIA ESTADUAL**



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, desde que acompanhadas de medidas de compensação previstas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 34. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de Projeto de Lei que esteja em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado.

§ 1º. Se estimada a receita, com considerações deste artigo no Projeto de Lei Orçamentária:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou as sejam parcialmente, até o envio do Projeto de Lei Orçamentária para sanção do Governador, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante Decreto, até 30 (trinta) dias após a sanção governamental à Lei Orçamentária, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação seqüencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

I - de até 100% (cem por cento) das dotações relativas aos novos projetos;

II - de até 60% (sessenta por cento) das dotações relativas aos projetos em andamento;

III - de até 25% (vinte e cinco por cento) das dotações relativas às ações de manutenção;

IV - dos restantes 40% (quarenta por cento) das dotações relativas aos Projetos em andamento; e

V - dos restantes 75% (setenta e cinco por cento) das dotações relativas às ações de manutenção.

**CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 35. O Poder Executivo poderá incluir na previsão das receitas recursos à conta de Operações de Crédito Interna e Externa, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário/financeiro do Estado, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria a serem contratadas.

Parágrafo único. A programação das despesas a serem custeadas com recursos de operações de crédito não poderá exceder o montante das despesas de capital fixadas no orçamento, salvo existência de lei específica.

Art. 36. As despesas consideradas irrelevantes são aquelas que não ultrapassarem o valor máximo da dispensa de licitação na forma do inciso II, artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 37. A SEPOG publicará concomitantemente com a promulgação da Lei de Orçamento e com



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

base nos limites nela fixados o Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD, especificando por Projetos e Atividades e Elementos de Despesas.

Art. 38. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas nos anexos, referido no artigo 2º desta Lei, a mesma será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder, do Ministério Público do Estado, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública do Estado.

§ 1º. Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes, ao Ministério Público do Estado ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do Estado o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º. O chefe de cada Poder e Órgão, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 39. Todas as receitas realizadas pelos Órgãos, Fundos e Entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no SIAFEM no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 40. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2016, o cronograma anual de cotas mensais e bimestrais estimadas de desembolso financeiro, por Órgão e Poder, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária ao cumprimento das Metas Fiscais prevista.

§ 1º. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados na Lei Orçamentária Anual aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público do Estado, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do Estado, será feito até o dia 20 (vinte) de cada mês, sendo assegurado ao Poder Executivo o bloqueio de recursos para garantir o pagamento de débitos junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON.

§ 2º. Os créditos orçamentários poderão ser descentralizados, exclusivamente em matéria previdenciária, em que um Órgão ou Entidade da Administração Pública Estadual delegue a outro, a execução de ações orçamentárias, constantes do seu programa de trabalho na forma estabelecida em Lei específica.

Art. 41. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A superintendência de contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 42. Para fins de apreciação da proposta orçamentária, do acompanhamento e da fiscalização orçamentária a que se refere o artigo 135, § 1º da Constituição Estadual, será assegurado, à comissão responsável, o acesso irrestrito ao Sistema de Administração Financeira dos Estados e Municípios - SIAFEM, para fins de consulta.

Bura



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Art. 43. O Projeto da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017 poderá conter dispositivos autorizando os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública do Estado a abrir créditos orçamentários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) das dotações orçamentárias do órgão, na forma do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, preservadas as dotações para execução das despesas decorrentes de Emendas Parlamentares.

§ 1º. A abertura de créditos previstas nos incisos I, II e IV do §1º do artigo 43 da Lei Federal nº 43.320, de 17 de março de 1964, considerando o limite estabelecido no caput deste artigo, deverá ser realizada por decreto do Poder Executivo.

§ 2º. A abertura de créditos previstas no inciso III do §1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, considerando o limite estabelecido no caput deste artigo, deverá ser realizada por atos próprios do ato do chefe do Poder Executivo, dos Presidentes do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado, do Procurador Geral do Ministério Público e do Defensor Geral da Defensoria Pública.

§ 3º. Não incidirão no limite estabelecido no caput deste artigo, na abertura de crédito previstas no parágrafo segundo os créditos orçamentários consignados para despesas com pessoal e encargos patronais.

Art. 44. Para fins de acompanhamento e controle, os Órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Estado, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações baixadas por aquela unidade.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, o Procurador Geral do Estado poderá incumbir os Órgãos Jurídicos das Autarquias e Fundações Públicas, que lhe são vinculados, do exame dos processos pertinentes aos Precatórios devidos por essas Entidades.

Art. 45. Se o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2016, até que seja o autógrafa da lei enviado à sanção, fica autorizada a execução da proposta orçamentária originalmente encaminhada à Assembleia Legislativa, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês, para o atendimento das seguintes despesas:

- I - pagamento de pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON;
- III - pagamento do principal e serviço da dívida;
- IV - transferência constitucionais e legais por repartição de receitas a Municípios;
- V - convênios e respectivas contrapartidas do SUS e Salário Educação; e
- VI - contratos de despesas com serviços essenciais.

Art. 46. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bouza



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão -SEPOG

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2017

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

Especificação	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	7.147.114.642	6.823.021.138	26,12	7.617.069.672	6.958.531.634	26,20	7.967.879.606	6.965.561.817	25,87
Receitas Primárias (I)	6.983.483.581	6.666.810.101	25,53	7.436.267.581	6.793.360.889	25,58	7.815.327.114	6.832.199.634	25,38
Despesa Total	7.147.114.642	6.823.021.138	26,12	7.617.069.672	6.958.531.634	26,20	7.967.879.606	6.965.561.817	25,87
Despesas Primárias (II)	6.930.788.626	6.616.504.655	25,33	7.400.402.417	6.760.598.468	25,45	7.753.131.854	6.777.828.214	25,18
Resultado Primário III = (I-II)	52.694.955	50.305.447	0,19	35.865.164	32.764.421	0,12	62.195.260	54.371.420	0,20
Resultado Nominal	15.563.149	14.857.421	0,06	(19.987.703)	(18.259.655)	-0,07	(9.448.415)	(8.259.853)	-0,03
Dívida Pública Consolidada	4.692.610.028	4.479.818.643	17,15	4.755.004.062	4.343.907.515	16,35	4.831.358.969	4.223.599.153	15,69
Dívida Consolidada Líquida	3.679.197.938	3.512.360.800	13,45	3.659.210.235	3.342.851.158	12,58	3.649.761.820	3.190.640.777	11,85
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fontes: CPG/SEPOG - dados projetados 2017-2019 - método dos mínimos quadrados.

Variáveis	2015	2016	2017	2018	2019
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	23.921.700.000	25.639.800.000	27.357.900.000	29.076.000.000	30.794.100.000
IPCA **	8,97	5,50	4,75	4,50	4,50

Fontes: *NOTA: PIB - Fontes: *GOB/SEPOG - PIB do Estado de Rondônia até 2012 - dados projetados 2013-2019 - método dos mínimos quadrados.

Fontes: ** Índice de crescimento Perspectivas para a Inflação - Relatório de Inflação - junho de 2015/ <http://www.bcb.gov.br/>

Carra



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 2017

AMF – Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

Especificação	I - Metas Previstas em 2015 (a)	% PIB	II - Metas Realizadas em 2015 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	7.047.660.143	29,46	7.335.040.168	30,66	287.380.025	4,08
Receitas Primárias (I)	6.945.990.795	29,04	7.006.751.741	29,29	60.760.946	0,87
Despesa Total	7.047.660.143	29,46	7.147.797.823	29,88	100.137.680	1,42
Despesas Primárias (II)	6.839.536.583	28,59	6.982.969.888	29,19	143.433.305	2,10
Resultado Primário III = (I-II)	106.454.212	0,45	23.781.853	0,10	(82.672.359)	(77,66)
Resultado Nominal	(367.618.903)	(1,54)	95.433.866	0,40	463.052.769	(125,96)
Dívida Pública Consolidada	2.942.852.870	12,30	4.241.656.167	17,73	1.298.803.297	44,13
Dívida Consolidada Líquida	1.999.803.514	8,36	3.507.132.044	14,66	1.507.328.530	75,37

Fonte: Metas Realizadas - Portal Transparência do Estado de Rondônia/ Relatórios/ Relatório Resumido de Execução Orçamentária (2015); CPG/SEPOG.

* Metas Realizadas - ajuste da Receita Total e Primárias; Despesa Total e Primárias - acrescida dos valores transferidos para os municípios

Variáveis	2015
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	23.921.700.000

NOTA: PIB - Fontes: *GOB/SEPOG - PIB do Estado de Rondônia até 2012 - dados projetados 2013-2019 - método dos mínimos quadrados.

bouza



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão -SEPOG

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2017

AMF - Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

Especificação	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	
Receita Total	6.086.404.573	6.409.406.036	5,31	6.820.290.787	6,41	7.147.114.642	4,79	7.617.069.672	6,58	7.967.879.606	4,61	
Receitas Primárias (I)	5.795.707.954	6.081.117.610	4,91	6.533.301.565	7,44	6.983.483.581	6,89	7.436.267.581	6,48	7.815.327.114	5,10	
Despesa Total	5.854.148.436	6.222.163.691	6,29	6.820.290.787	9,61	7.147.114.642	4,79	7.617.069.672	6,58	7.967.879.606	4,61	
Despesas Primárias (II)	5.820.483.916	6.057.335.757	7,77	6.521.759.476	7,67	6.930.788.628	6,27	7.400.402.417	6,78	7.753.131.854	4,77	
Resultado Primário III = (I-II)	176.224.039	23.781.853	(86,50)	11.542.089	(51)-	52.694.955	357	35.865.164	(32)	62.195.260	73	
Resultado Nominal	13.096.767	95.433.866	628,68	156.502.745	63,99	15.583.149	(90,06)	(19.987.703)	(228)	(9.448.415)	(52,73)	
Dívida Pública Consolidada	3.982.742.970	4.241.656.167	6,50	4.598.580.569	8,41	4.692.610.028	2,04	4.755.004.062	1,33	4.831.358.969	1,61	
Dívida Consolidada Líquida	3.411.696.178	3.507.132.044	2,80	3.663.634.769	4,46	3.679.197.938	0,42	3.659.210.234,94	(0,54)	3.649.761.820,17	(0,26)	

Especificação	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	
Receita Total	5.294.212.958	6.075.266.385	14,75	6.820.290.787	12,26	6.823.021.138	0,04	6.958.531.634	1,99	6.965.561.817	0,10	
Receitas Primárias (I)	5.042.222.547	5.764.092.521	14,32	6.533.301.565	13,34	6.668.810.101	2,04	6.793.360.889	1,90	6.832.199.634	0,57	
Despesa Total	5.092.186.716	5.897.785.489	15,82	6.820.290.787	15,64	6.823.021.138	0,04	6.958.531.634	1,99	6.965.561.817	0,10	
Despesas Primárias (II)	4.888.935.400	5.741.560.480	17,44	6.521.759.476	13,59	6.616.504.655	1,45	6.760.596.468	2,18	6.777.828.214	0,25	
Resultado Primário III = (I-II)	153.287.147	22.542.041	(85)	11.542.089	(49)	50.305.447	336	32.764.421	(35)	54.371.420	66	
Resultado Nominal	11.392.124	90.458.641	694,05	156.502.745	73,01	14.857.421	(90,51)	(18.259.655)	(222,90)	(6.259.853)	(54,76)	
Dívida Pública Consolidada	3.464.358.833	4.020.527.173	16,05	4.598.580.569	14,38	4.479.818.643	(2,58)	4.343.907.515	(3,03)	4.223.599.153	(2,77)	
Dívida Consolidada Líquida	2.967.639.842	3.324.295.776	12,02	3.663.634.769	10,21	3.512.360.800	(4,13)	3.342.851.158	(4,83)	3.190.640.777	(4,55)	

Fonte: Portal Transparência do Estado de Rondônia/ Relatórios/ Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2014 (acrescido dos valores transferidos para os municípios) e 2015.

* 2016 - Valores previsto na Lei n. 3.745 de 23/12/2015

** Fontes: CPG/SEPOG - dados projetados 2017-2019 - método dos mínimos quadrados.

Indicador	2014	2015	2016	2017	2018	2019
IPCA	6,41	8,97	5,50	4,75	4,50	4,50
	1,1496	1,0550	1,0475	1,0475	1,0946	1,1439

Fonte: IPCA- Banco Central do Brasil - Sistema de Metas para a Inflação » Índice de crescimento Perspectivas para a Inflação - Relatório de Inflação - junho de 2015/ <http://www.bcb.gov.br/>

Assinatura



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 2017

AMF – Demonstrativo IV (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

Patrimônio Líquido	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	10.181.340.819	100%	7.549.891.129	100%	6.775.600.464	100%
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10.181.340.819	100%	7.549.891.129	100%	6.775.600.464	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

Patrimônio Líquido	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	746.643.976	100%	728.759.254	100%	32.405.325	100%
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	746.643.976	100%	728.759.254	100%	32.405.325	100%

Fonte: Portal Transparência do Estado de Rondônia/ Relatórios/ RREO dos exercícios de 2013, 2014 e 2015/ e informações SEFIN.

Laura



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2017

AMF – Demonstrativo V (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)				R\$ 1,00
Receitas Realizadas	2015 (a)	2014 (b)	2013 (c)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0	369.435	976.886	
Alienação de Bens Móveis	0	369.435	976.886	
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	
Despesas Executadas	2015 (d)	2014 (e)	2013 (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos				
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida				
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Geral de Previdência Social				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Saldo Financeiro	2015 (g) = ((Ia - Id) + IIh)	2014 (h) = ((Ib - Ie) + IIIi)	2013 (i) = (Ic - IIj)	
VALOR (III)	1.346.321	1.346.321	976.886	

Fonte: Portal Transparência do Estado de Rondônia/ Relatórios/ RREO dos exercícos 2013, 2014 e 2015

Bouza



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2017

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			
	R\$ 1.00		
RECEITAS	2013	2014	2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	235.265.397,05	433.726.543,90	464.244.157
RECEITAS CORRENTES	235.265.397,05	433.726.543,90	464.244.157
Receita de Contribuições dos Segurados	180.051.897,16	269.674.363,89	274.845.153
Pessoal Civil	152.381.353,73	259.626.893,25	253.992.152
Pessoal Militar	27.670.543,43	8.577.913,15	17.885.321
Outras Receitas de Contribuições	1.471.836,08	1.469.557,49	2.967.680
Receita Patrimonial	52.268.130,08	162.128.235,83	186.475.802
Receita de Serviço	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.473.533,72	1.923.944,18	2.923.202
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	1.473.533,72	1.811.696,28	2.177.655
Demais Receitas Correntes	0,00	112.247,90	745,547
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	132.725.240,29	224.473.813,90	229.717.764
RECEITAS CORRENTES	132.725.240,29	224.473.813,90	229.717.763,84
Receita de Contribuições	132.725.240,29	224.473.813,90	229.717.763,84
Patronal	132.725.240,29	224.473.813,90	229.717.763,84
Pessoal Civil	112.565.680,12	223.679.283,63	215.812.220,57
Pessoal Militar	17.810.213,83	794.530,27	13.905.543,27
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	2.349.346,34	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	367.990.637,34	658.200.357,80	693.961.921
DESPESAS	2.013	2.014	2.015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	302.742.471,96	334.203.637,84	381.091.970,19
ADMINISTRAÇÃO	17.308.190,23	19.569.099,44	19.127.905,36
Despesas Correntes	17.223.105,23	19.503.304,74	18.711.240,58
Despesas de Capital	85.084,00	65.794,70	416.664,78
PREVIDÊNCIA	285.434.281,73	314.634.538,40	361.964.064,83
Pessoal Civil	182.363.532,14	232.982.082,32	281.053.820,13
Pessoal Militar	103.070.749,59	81.652.456,08	80.910.244,70
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	404.609,40	828.951,29	930.458,35
ADMINISTRAÇÃO	404.609,40	828.951,29	930.458,35
Despesas Correntes	404.609,40	828.951,29	930.458,35
Despesas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	303.147.081,36	335.032.589,13	382.022.428,54
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	64.843.555,98	323.167.768,67	311.939.492,50
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2.013	2.014	2,015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-	-	-
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	4.771.423,57
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Plano Previdenciário	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	653.382.492	785.653.898	915.069.240
BENS E DIREITOS DO RPPS	-	-	-

Fonte: Portal Transparência do Estado de Rondônia/ Relatórios/ RREO 2013, 2014 e 2015 e IPERON.

Bursa



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2017

Fundo Previdenciário Capitalizado e Financeiro

AMF - Demonstrativo VII - A (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") -

R\$1 00

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2014	556.275.550,85	314.634.538,40	941.641.012,45	1.141.457.087,14
2015	595.611.226,31	325.285.360,45	270.325.865,86	1.411.782.953,00
2016	632.052.841,32	427.024.049,29	205.028.792,03	1.616.811.745,03
2017	649.257.663,42	611.947.068,99	37.310.594,43	1.654.122.339,46
2018	658.207.989,80	735.293.788,11	-79.085.778,31	1.575.036.561,15
2019	658.540.736,72	774.840.537,29	-116.299.800,57	1.458.736.760,58
2020	657.262.979,24	817.332.628,62	-160.069.649,38	1.298.667.111,20
2021	666.401.676,73	860.793.043,33	-194.391.366,60	1.104.275.746,60
2022	690.759.690,12	904.819.487,69	-214.059.797,57	890.215.949,03
2023	716.724.269,08	953.806.713,12	-237.082.444,04	653.133.504,99
2024	744.697.766,00	1.001.176.473,38	-256.508.707,38	396.624.797,61
2025	774.415.889,89	1.045.561.348,54	-271.145.458,65	125.479.338,96
2026	806.168.738,10	1.093.316.890,71	-287.148.158,61	-161.669.819,65
2027	839.940.502,39	1.141.571.515,32	-301.631.012,93	-463.299.832,58
2028	875.770.522,24	1.195.213.445,67	-319.442.923,43	-782.742.768,01
2029	914.046.473,70	1.232.945.481,87	-318.899.008,17	-1.101.641.764,18
2030	954.620.011,93	1.268.865.590,96	-314.245.579,03	-1.415.887.343,21
2031	997.312.328,48	1.313.566.655,59	-316.254.327,11	-1.732.141.670,32
2032	1.042.600.308,16	1.359.601.702,14	-317.001.393,98	-2.049.143.064,30
2033	1.089.888.632,75	1.416.752.440,55	-326.863.807,80	-2.376.006.872,10
2034	1.138.063.456,81	1.473.860.484,38	-335.797.027,57	-2.711.803.879,67
2035	1.187.201.980,79	1.526.168.477,02	-338.966.496,23	-3.050.770.375,90
2036	1.237.322.717,82	1.591.228.913,79	-353.906.195,97	-3.404.676.571,87
2037	1.287.007.734,93	1.655.551.297,83	-368.543.562,90	-3.773.220.134,77
2038	1.335.617.809,40	1.704.581.589,34	-368.963.779,94	-4.142.183.914,71
2039	1.384.677.676,00	1.748.647.682,13	-363.970.006,13	-4.506.153.920,84
2040	1.434.875.539,19	1.796.532.438,71	-361.656.899,52	-4.867.809.820,36
2041	1.485.478.955,37	1.847.639.942,42	-362.160.987,05	-5.229.970.807,41
2042	1.535.955.260,31	1.902.722.125,33	-366.766.865,02	-5.596.727.672,43
2043	1.585.756.713,97	1.958.439.595,99	-372.682.882,02	-5.969.410.554,45
2044	1.635.276.915,87	2.010.864.441,38	-375.587.525,51	-6.345.998.079,96
2045	1.684.179.852,74	2.065.101.901,65	-380.922.048,91	-6.726.920.128,87
2046	1.732.091.625,97	2.119.974.173,77	-387.882.547,80	-7.113.802.676,67
2047	1.778.463.158,32	2.177.771.866,79	-399.308.708,47	-7.513.211.385,14
2048	1.822.535.671,68	2.231.687.201,56	-409.151.529,88	-7.922.363.015,02
2049	1.863.731.094,78	2.266.644.039,35	-402.912.944,57	-8.325.275.959,59
2050	1.904.240.471,62	2.286.460.640,16	-382.169.168,54	-8.707.445.128,13
2051	1.944.308.085,48	2.301.408.436,18	-357.100.350,70	-9.064.545.478,83
2052	1.975.351.090,72	2.313.418.226,98	-338.067.136,26	-9.402.612.615,09
2053	2.014.229.492,28	2.325.415.717,61	-311.186.225,33	-9.713.798.840,42
2054	2.052.003.419,87	2.335.288.119,50	-283.284.699,63	-9.997.083.540,05
2055	2.088.745.287,50	2.343.216.591,09	-254.471.303,59	-10.251.554.863,64
2056	2.124.122.605,25	2.342.778.578,34	-218.655.973,09	-10.470.210.836,73
2057	2.159.469.984,09	2.342.273.357,00	-182.803.372,91	-10.653.014.209,64
2058	2.184.238.900,80	2.341.635.011,91	-147.396.111,01	-10.800.410.320,65
2059	2.228.024.400,32	2.330.963.715,61	-102.939.315,29	-10.903.349.635,94
2060	2.262.196.566,83	2.318.652.309,48	-86.455.742,65	-10.989.805.378,59
2061	2.296.490.760,22	2.304.677.924,48	-8.187.164,26	-10.967.992.541,05
2062	2.330.950.858,52	2.284.624.656,35	46.326.202,17	-10.921.666.338,88
2063	2.366.685.460,47	2.270.141.917,15	96.543.543,32	-10.825.322.795,56
2064	2.402.498.283,43	2.251.340.845,04	151.157.438,39	-10.674.168.357,17
2065	2.439.851.421,77	2.240.499.165,64	199.352.256,13	-10.474.816.101,04
2066	2.477.238.103,20	2.227.548.431,52	249.689.671,68	-10.225.126.429,36
2067	2.515.683.497,97	2.217.535.942,98	298.147.554,99	-9.926.978.874,37
2068	2.554.639.406,83	2.205.054.734,28	349.584.672,55	-9.577.394.201,82
2069	2.595.020.969,03	2.196.189.302,17	398.831.666,86	-9.178.562.534,96
2070	2.635.940.587,54	2.180.554.712,15	455.385.875,39	-8.723.176.659,57
2071	2.679.137.023,19	2.170.567.274,06	508.569.749,13	-8.214.606.910,44
2072	2.723.496.714,63	2.161.777.618,11	561.719.096,52	-7.652.887.813,92
2073	2.769.506.921,03	2.152.612.143,64	616.894.777,39	-7.035.993.036,53
2074	2.817.379.930,89	2.143.622.923,37	673.757.007,52	-6.362.236.028,91
2075	2.867.516.924,59	2.139.104.090,33	728.412.834,26	-5.633.823.194,65
2076	2.919.233.338,01	2.131.413.841,61	787.819.496,40	-4.846.003.698,25
2077	2.973.847.743,43	2.126.961.373,45	846.886.369,98	-3.999.117.328,27
2078	3.030.804.563,35	2.123.034.508,41	907.770.054,94	-3.091.347.273,33
2079	3.090.666.877,02	2.122.850.398,49	967.816.488,53	-2.123.530.784,80
2080	3.152.716.484,43	2.114.629.485,90	1.038.086.998,53	-1.085.441.786,27
2081	3.218.767.200,59	2.106.858.654,07	1.111.908.546,52	26.466.760,25
2082	3.288.416.673,26	2.097.431.620,05	1.190.985.053,21	1.217.453.913,45
2083	3.362.360.128,09	2.086.131.346,91	1.276.228.781,18	2.493.682.694,63
2084	3.440.856.941,34	2.071.610.495,05	1.369.256.446,29	3.862.939.140,92
2085	3.525.151.020,57	2.063.933.868,83	1.461.217.151,74	5.324.156.292,66
2086	3.614.146.457,37	2.054.239.600,26	1.559.906.857,11	6.884.063.149,77
2087	3.709.149.010,45	2.046.976.721,70	1.662.172.288,75	8.546.235.438,52
2088	3.809.821.480,42	2.040.438.492,19	1.769.382.988,23	10.315.718.426,75
2089	3.917.286.761,74	2.039.259.224,40	1.878.027.537,34	12.193.745.964,09

Fonte: IPERON-RO/ Caixa Econômica Federal. Avaliação Atuarial/ Relatório Soluções caixa para Regimes Próprios de Previdência Social/previdência para Estados e Municípios.

[Handwritten signature]



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2017

AMF – Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	Setores / Programas / Beneficiário	Valor da Receita Prevista			Compensação
			2017	2018	2019	
ICMS	Crédito Presumido	Indústrias, comercios e serviços	137.681.682,74	140.500.602,38	143.377.237,10	
ICMS	Isonções e Redução de base de cálculo	Indústrias, comercios e serviços	56.327.912,27	58.060.763,65	59.846.923,83	Vide observação
ICMS	programa de incentivo tributário	Indústrias, comercios e serviços	56.959.212,94	57.358.255,75	57.760.094,16	
ICMS	incentivo fiscal	Indústrias, comercios e serviços	153.785.400,11	146.462.984,12	139.489.221,37	
TOTAL			404.754.209,06	402.382.605,90	400.473.476,46	

Fonte: SITAFE - Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal do Estado/SEFIN.

Obs: - Valores informados a preços deflacionados pelo IGP para fev/2016, a projeção considerou retração de -3,5% no PIB em 2016 e crescimento de 0,5% em 2017 (segundo relatório FOCUS do Banco do Brasil) - Concessões de benefícios como incentivo a instalações de novas empresas no estado, resgate de receita inadimplente, aumento da oferta de emprego e arrecadação - A estimativa de renúncia de receita está inserida na metodologia de cálculo de projeção da arrecadação efetiva dos tributos estaduais dados extraídos das Guias de Informação e Apuração do ICMS Mensal - GIAM, dos anos de 2013, 2014 e 2015.

Correa



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2017

AMF – Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2017
Aumento Permanente da Receita	326.823.855
(-) Transferências Constitucionais	71.103.469
(-) Transferências do FUNDEB	81.165.252
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	174.555.133
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I + II)	174.555.133
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	163.166.612
Novas DOCC	149.333.612
Novas DOCC geradas por PPP	13.833.000
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	11.388.521

Fonte: CPG/SEPOG

Busa



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2017

AMF – Demonstrativo X (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTE		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Ações judiciais Trabalhistas do Estado de Rondônia	447.239.552,51	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias e/ou a partir da Reserva de Contingência.	447.239.552,51
Outras Ações judiciais do Estado de Rondônia	1.630.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias e/ou a partir da Reserva de Contingência.	1.630.000,00
SUBTOTAL	448.869.552,51	SUBTOTAL	448.869.552,51
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Impacto orçamentário-financeiro ocasionado por decisão judicial para ingresso de 15 defensores públicos substitutos, em virtude de do término da validade do III concurso Público para Ingresso na Carreira de Defensor Público (precedente do STF-RE 598099 MS, 10/08/2011, Relator Min. Gilmar Mendes).	5.550.000,00	Cancelamento de dotações orçamentárias a partir da limitação de empenhos e do contingenciamento de despesas discricionárias do Poder Executivo e/ou a partir da Reserva de Contingência.	5.550.000,00
Impacto orçamentário-financeiro ocasionado pela necessidade de incorporação ao orçamento da folha de pagamento dos membros da Defensoria Pública, do reajuste automático do mesmo percentual de aumento de subsídio concedido aos ministros do STF, estimado em 16,32%, sendo 7,6% a partir de abril/2016 e 8,72% a partir de jan/2017, conforme Lei Complementar nº 737, 29/10/2013.	5.000.000,00	Cancelamento de dotações orçamentárias a partir da limitação de empenhos e do contingenciamento de despesas discricionárias do Poder Executivo e/ou a partir da Reserva de Contingência.	5.000.000,00
Receita arrecadada a menor do que a prevista em decorrência do desaquecimento da atividade econômica, considerando a retração da economia brasileira e redução do FPE. Perda de receita para 2017 em relação ao ano de 2016 em função da projeção da retração do PIB de -3,5% em 2016 e crescimento de 0,5% em 2017 (segundo relatório FOCUS do Banco Central em mar/2016).	193.000.000,00	Cancelamento de dotações orçamentárias a partir da limitação de empenhos e do contingenciamento de despesas discricionárias (custeio e investimentos).	193.000.000,00
Julgamento do Recurso que versam sobre incidência de ICMS sobre TUST- Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão; e TUSD - Tarifa de Uso de Sistema Elétricos de Distribuição.	92.000.000,00	Cancelamento de dotações orçamentárias a partir da limitação de empenhos e do contingenciamento de despesas discricionárias (custeio e investimentos).	92.000.000,00
ICMS incidente sobre combustível consumido pelas Usinas Termoeletricas com a propavel desativação da Usina Termoeletrica de Porto Velho /RO operada pela Termonorte S/A	190.000.000,00	Cancelamento de dotações orçamentárias a partir da limitação de empenhos e do contingenciamento de despesas discricionárias (custeio e investimentos).	190.000.000,00
SUBTOTAL	485.550.000,00	SUBTOTAL	485.550.000,00
TOTAL	934.419.552,51	TOTAL	934.419.552,51

Fonte: Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN/TCE/MP/ALE/TJ/DPE - RO

Assinatura